

# Crédito para os setores mais...

por Claudia Safatle  
de Brasília

(Continuação da 1ª página) com empreiteiras e fornecedores, está tomada. A ministra não adiantou os pormenores, mas disse que também nos primeiros dias de janeiro os credores do Estado serão chamados para um acerto que compreenderá o pagamento de uma pequena parcela "cash" — algo como 10% do total — e o restante será transformado em títulos de longo prazo, resgatáveis em 15 a 20 anos. Segundo disse a ministra da Economia, a dívida de US\$ 6 bilhões junto ao setor privado — dados até 30 de abril passado — terá um tratamento. Para os cerca de US\$ 15 bilhões de dívidas intra-estatais (a Eletrobrás deve à Petrobrás, a Siderbrás deve à Vale do Rio Doce, e assim por diante), deverá haver um outro tipo de arranjo financeiro.

"A política de estabilização está dada e, também, as reformas estruturais já estão desenhadas. Agora temos pontos fundamentais que precisamos implementar, como complemento", diz.

Nesse leque estão as emendas à Constituição que teriam de ser feitas para dar um caráter definitivo ao saneamento financeiro do setor público. "Vamos iniciar uma campanha nessa direção, em janeiro, apontou a ministra." O fim da estabilidade do funcionalismo público é vital, assim como a universidade paga", disse ela, assinalando que seus assessores já estão trabalhando numa "operação desmonte" — que foi tentada na gestão do presidente José Sarney, mas totalmente bloqueada pelo Congresso Nacional.

Essa operação refere-se à transferência de uma série de responsabilidades, gestão de programas e projetos, para os governos estaduais e municipais. "Isso pode ser feito sem emenda constitucional. Basta alterarmos no próprio Orçamento Geral da União", explicou.

Ela acredita que há espaço político para as reformas constitucionais — que serão discutidas no bojo de uma redefinição do papel do Estado na economia e na própria recuperação do padrão de financiamento do setor público — e entende que o fórum de "entendimento nacional" deva ser apropriado para esse debate.

Cansada, porém animada com a perspectiva de descansar até o dia 7 de janeiro, a ministra fez um balanço positivo para 90 e "ótimista" para 91.

Na sua agenda de janeiro estão listados vários assuntos que precisarão ser tratados:

(\*) Tarifas aduaneiras — está inicialmente marcado para o dia 15 de janeiro o anúncio da nova e definitiva "rodada de redução das tarifas de importações", segundo explicou a este jornal o secretário executivo do Ministério da Economia, João Maia. "Vamos anunciar todas as tarifas que vigorarão de 1991 a 1994, quando a alíquota modal será de 20%. Nesse pri-

meiro ano as tarifas de importação de máquinas, equipamentos e bens de capital em geral terão uma redução mais acentuada do que para as compras externas de bens de consumo final", adiantou Maia, assinalando que isso decorre da necessidade de maiores importações para a modernização e capacitação tecnológica do setor privado. Com o fracasso da Rodada Uruguai de Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), as decisões sobre tarifas de importação de produtos agrícolas estão sendo reavaliadas.

(\*) Exportações — a ministra disse que o governo reditará a medida provisória de incentivo às exportações — que foi derrubada pelo Congresso Nacional — na reabertura dos trabalhos legislativos, em fevereiro. Também na área de comércio exterior, segundo Maia, outras medidas serão editadas, como a simplificação das guias de importação e exportação e a abertura da emissão de guias para toda a rede bancária.

(\*) Ajuste fiscal — no âmbito do ajuste fiscal, o Ministério da Economia está preparando uma nova rodada de atos da reforma administrativa, chamada internamente de "reforma administrativa II. A vingança". Uma brincadeira que a ministra faz, em alusão ao fato de não se ter realizado muito nessa área. Também ficaram para o início de janeiro as assinaturas dos decretos de contenção de gastos das empresas estatais e cortes no Orçamento Geral da União.

(\*) Mercado acionário — o Ministério da Economia está estudando, em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a desregulamentação do mercado de ações e a revisão da legislação para as empresas abertas, entre outras providências para tornar o mercado uma fonte de captação de recursos e um canal para a realização de investimentos e da privatização, segundo informou o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir. O trabalho refere-se à elaboração de um novo "plano diretor do mercado de capitais".

A ministra não quer fazer prognósticos para o comportamento da inflação. Acha que dezembro repetirá os índices de novembro e que janeiro está com todas as condições dadas para uma queda. Os fatores que foram pressão de inflação ao longo desse segundo semestre de 90 — choque agrícola, elevação dos preços do petróleo e gastos elevados dos estados e municípios — "estão totalmente esgotados". Ela acredita — e torce — para que não haja uma guerra no golfo Pérsico, considera que os governos estaduais estão totalmente sem recursos para gastar e aguarda para março/abril uma boa demonstração de queda da inflação já refletida nos índices de preços. O tamanho da recessão, nenhum economista do governo atreve-se a dimensionar.